

UM OLHAR SOBRE O PROCESSO SAÚDE-DOENÇA DO DOCENTE DE UNIVERSIDADE PÚBLICA

Abadia de Fátima Rosa Macedo
Universidade Federal de Uberlândia-MG
fatimariosac@yahoo.com.br
abadia.macedo@ufu.br
Profª Drª Lucianne Sant'Anna de Menezes
Universidade Federal de Uberlândia-MG
lucianne.menezes@ufu.br

Resumo

O presente trabalho traz aspectos da pesquisa, em desenvolvimento desde 2015 no Mestrado em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador, da Universidade Federal de Uberlândia-MG, sobre o processo saúde-doença (Asa Cristina Laurell e Edith Seligmann-Silva), no contexto da docência em universidade pública, tendo em vista o aumento do número de professores que têm procurado o Setor de Atendimento à Saúde da UFU. Trata-se de um estudo na interface dos campos da psicodinâmica do trabalho, da saúde do trabalhador e da sociologia do trabalho (Ricardo Antunes), em que o objetivo geral é examinar como a teoria de Dejours poderia colaborar na compreensão do processo saúde-doença do professor de universidade pública; o objetivo principal é investigar as condições de trabalho que podem gerar sofrimento docente, procurando sistematizar um conhecimento que colabore no planejamento de ações para o Setor que visem à saúde do professor da UFU. Os resultados parciais (Leda G. Freitas e Ana M. Mendes) mostram que o sofrimento é fruto da complexa relação entre a burocratização do ensino e os discentes, a desvalorização social do ofício e as novas configurações da organização do trabalho que tendem a precarização do trabalho docente.

Palavras-chave: sofrimento psíquico, adoecimento docente, saúde do trabalhador, trabalho docente.

Introdução

Nas teorias que tratam sobre as relações do trabalho com o sofrimento humano, a visão de Cristophe Dejours (1987) se projeta com sua psicodinâmica do trabalho, teoria crítica assentada na psicanálise e que enfoca, sobretudo, as formas de avaliar a saúde relacionada com as condições e a organização do trabalho. Nesta teoria, não existe neutralidade na relação entre trabalho e saúde: trabalhar pode ser fonte de saúde ou de doença; pode trazer sofrimento e prazer. Para este autor, o trabalho precisa fazer sentido para o sujeito, seus pares e a sociedade, de modo a permitir ao trabalhador construir a identidade social de seu trabalho para que consiga se identificar com o que realiza, com as dificuldades práticas das tarefas: superá-las seria uma evolução pessoal e de aperfeiçoamento. Nesse sentido, a psicodinâmica do trabalho estuda os processos intersubjetivos que possibilitam apreender como o sujeito interpreta seu trabalho no plano social, assim como as relações dinâmicas entre a organização do trabalho e os processos de subjetivação nas vivências de prazer e sofrimento, doenças sociais, saúde e adoecimento (MENDES, 2009 apud TRAECEL; MERLO, 2013).

Na relação psíquica do trabalhador com o trabalho — a dimensão do sofrimento e fundamentação da clínica —, Dejours (1994a) aprofunda-se no estudo da psicopatologia do trabalho, procurando discutir os laços entre o trabalho e o sofrimento humano. Para ele, as relações de trabalho nas organizações atingem a subjetividade do trabalhador, excluindo o sujeito e fazendo do homem uma vítima do seu trabalho (DEJOURS, 1987). Desse modo, as pressões laborais que põem em xeque o equilíbrio psíquico e a saúde mental do trabalhador derivariam da organização do trabalho, que se refere, por um lado, a *divisão de tarefas* — chegando à definição do modo operatório que atinge diretamente a questão do interesse e do tédio no trabalho — e, por outro lado, a *divisão dos homens* — hierarquia, comando e submissão — que atinge diretamente as relações que os trabalhadores estabelecem entre si no espaço laboral. Nesta lógica, o sofrimento humano tem duas dimensões: o *sofrimento singular*, relativo à história particular, psíquica de cada um; e o *sofrimento atual*, relativo ao reencontro do sujeito com a situação de trabalho. Ambos são atravessados pela dimensão temporal: história singular e atual.

No trabalho o sofrimento se desdobra além do espaço, pois não só implica processos construídos no interior do espaço da empresa, mas também convoca processos que se desenrolam no espaço doméstico e na economia familiar do trabalhador. Nesse contexto, para Dejours (1994), o trabalhador pode dar destinos ao sofrimento no trabalho: o *sofrimento criativo*, em que na luta contra o sofrimento o sujeito elabora soluções originais, que são, em geral, favoráveis simultaneamente à produção e à saúde; e o *sofrimento patogênico*, em que o sujeito pode chegar a soluções desfavoráveis à produção e à saúde.

No confronto entre organização da personalidade e organização do trabalho, na relação psíquica entre o trabalhador e a situação de trabalho, devemos considerar dois enfrentamentos fundamentais: o encontro entre o registro *imaginário* (produzido pelo sujeito) e o registro da *realidade* (produzido pela situação de trabalho) e o encontro entre o registro *diacrônico* (história singular do sujeito, seu passado, sua memória, sua personalidade) e o registro *sincrônico* (contexto material, social e histórico das relações de trabalho), conforme Dejours (1993).

Feita esta breve apresentação da teoria dejouriana, e tendo como pano de fundo os novos modos de produção de subjetividade na contemporaneidade e seus efeitos nos sujeitos e laços sociais, o presente trabalho traz aspectos da pesquisa, em desenvolvimento desde 2015 no Mestrado em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador, da Universidade Federal de Uberlândia-MG, sobre o processo saúde-doença no contexto da docência em universidade pública. Trata-se de um estudo na interface dos campos da psicodinâmica do trabalho, da saúde do trabalhador e da sociologia do trabalho, em que o objetivo geral é examinar como a teoria de Dejours poderia colaborar na compreensão do processo saúde-doença do professor de

universidade pública; em consequência disso, o objetivo principal é investigar as condições de trabalho que podem gerar sofrimento docente, procurando sistematizar um conhecimento que colabore no planejamento de ações para o Setor de Promoção a Saúde que visem à saúde do professor da UFU.

O material selecionado para investigação está em processo de análise de conteúdo por meio de trabalho comparativo entre textos de Dejours relativos ao objeto recortado para investigação. Esse repertório conceitual está sendo colocado em interlocução com comentadores do tema do sofrimento do professor universitário. Este argumento de pesquisa derivou de inquietações e questionamentos provocados pelo aumento do número de professores que procuraram nosso Setor e que avançaram para uma reflexão que culminou nesta investigação sobre as relações entre a saúde e o trabalho do professor de universidade pública.

A saúde dos trabalhadores como processo social.

A saúde dos trabalhadores tem se projetado como tema útil à construção da forma de compreender e analisar a relação entre saúde e doença coletiva como processo social (LAURELL; NORIEGA, 1989). Integrar a experiência operária ao processo de produção de conhecimentos seria uma forma de avançar no que se sabe academicamente da saúde das coletividades operárias, como mostram Laurell e Noriega (1989). Dessa maneira, o objeto de estudo não é o indivíduo, e sim o coletivo, construído em função de suas características sociais; por isso é ser importante reconhecer o caráter social do processo saúde–doença mediante uma teoria do social que ofereça elementos para construir os grupos.

Essa compreensão, como demonstra Laurell (1982), supõe uma posição crítica à explicação biológica da doença para construir uma interpretação que tenha como eixo o caráter social. Com isso temos a construção de outro saber que oferece mais possibilidades de abordar o problema da saúde na sua relação com o trabalho como fenômeno coletivo e social; noutros termos, que ofereça lastro a uma prática que não só dependa de uma interpretação do processo saúde–doença, como também se posicione sobre bases sociais que a impulsionem e a sustentem.

Problematizar a relação entre trabalho e saúde coloca no centro da análise o caráter social de tal processo e a necessidade de entendê-lo na sua articulação com o processo histórico de produção econômica como produto do trabalho. Um enfoque possível para a relação saúde–trabalho é a análise do *processo de produção* porque, na sociedade capitalista, tal processo organiza a vida social de modo a valorizar o capital e formas específicas de trabalhar — o *processo de trabalho*. Assim, seria cabível considerar a relação saúde–trabalho na realidade concreta da lógica de acumulação — o *processo de valorização* — e de seu meio — o *processo de trabalho* — como derivada de um modo específico de trabalhar.

Nesse contexto, o processo de trabalho passou a ser encarado como algo que pressupõe uma relação entre o corpo do trabalhador e os elementos presentes na atividade laboral — as “cargas de trabalho”, conforme Laurell e Noriega (1989) — que seriam passíveis de prejudicar a integridade física e psíquica do trabalhador. Da interação dos corpos com tais elementos, poderiam derivar condições de perda do potencial físico, biológico e psíquico — da capacidade efetiva dos trabalhadores de produzir — por causa do desgaste, que seria o consumo ou esgotamento do substrato e das energias vitais do trabalhador, como esclarece Seligmann-Silva (2011).

O desgaste que deriva das relações de produção laboral aponta a dimensão biopsíquica do trabalho. Como consequência, na relação entre saúde e trabalho, o adoecimento dos trabalhadores se associa a questões não só sociopolíticas e econômicas, mas também biopsíquicas próprias das coletividades nas sociedades capitalistas industriais (LAURELL; NORIEGA, 1989). Não se separam o social e o biopsíquico; ambos se unem por um vínculo de mediação externo. O processo de trabalho é social e biopsíquico.

Essa concepção se projetou num momento de mudanças ocorridas na organização do trabalho sob a ideologia liberalista clássica, que diz respeito à forma do trabalho na pós-Segunda Guerra Mundial. Houve expansão do *estado do bem estar social* — todo cidadão teria direito a ser protegido pelo estado. A propriedade seria privada, haveria liberdade de mercado, ou seja, não interferência do estado na economia. O processo de produção se basearia na produção em massa, na linha de montagem, em produtos mais homogêneos com controle de tempo e movimentos e produção em série (taylorismo/fordismo). O trabalho era feito em partes; as funções dos trabalhadores eram fragmentadas entre a elaboração e a execução do processo de trabalho (ANTUNES, 2015).

Contudo, as relações de trabalho ficaram mais complexas com as medidas usadas para cuidar da crise estrutural do capitalismo deflagrada nos anos 1970. A rigidez taylorista/fordista vai sendo mesclada com o toyotismo: a flexibilização das relações de produção e trabalho, as novas tecnologias, que impõem mudança nas relações trabalhistas. Para cumprir as exigências do mercado, trabalha-se com estoque mínimo, o que dá agilidade ao atendimento da demanda. Esta lógica de trabalho interfere diretamente nos direitos trabalhistas e tem reflexos na vida do trabalhador: na educação, no lazer, na esfera privada, acentuando mais a concentração do capital para um grupo social reduzido. Em outras palavras, aumenta a pobreza, alimento das contradições sociais, o que tende ao trabalho precário e ao desemprego estrutural e se associam à desestruturação das políticas sociais e mostram uma realidade histórica dramática e perversa: a relação entre política social e processo de acumulação capitalista (ANTUNES, 2000).

A saúde dos professores de universidade pública.

Para que a educação fosse capaz de atender aos interesses do mundo da produção capitalista — a exemplo da intensificação da globalização econômica, da sustentação do crescimento de novas tecnologias e da flexibilização — a profissão de professor passou a agregar mais atividades ao seu processo de trabalho, que se diferencia cada vez mais do que a formação inicial oferece e as quais ele tem de cumprir no mesmo espaço de tempo. Isso porque a ação profissional do professor na universidade pública supõe atividades não só de ensino, mas também de pesquisa e extensão: tripé indissociável que constitui o eixo fundamental da universidade brasileira.

Trata-se de tarefas como: preparar e ministrar aulas, aplicar, corrigir e avaliar trabalhos de alunos e provas, desenvolver atividades em sala de aula e acompanhá-las, além de dar conta da imposição de produção intelectual constante, o que implica cumprir metas anuais de publicação em periódicos acadêmicos, livros, capítulos de livros, apresentação de trabalhos em eventos científicos e desenvolvimento de projetos de pesquisa (graduação e pós-graduação) e extensão. Soma-se a isso a obrigatoriedade de realizar trabalhos administrativos em cargos internos de direção, coordenações, secretarias, laboratórios e colegiados, assim como a composição de comissões para resolução de atividades designadas pela direção. Isso significa estar ativo como profissional em instâncias em que as relações cotidianas são conflituosas e cheias de circunstâncias desconfortáveis, desagradáveis e extenuantes, porque pressupõem a lida e conciliação de interesses não só pedagógicos, mas também institucionais e pessoais.

Assim, a profissão de docente se projeta nesse contexto das relações entre trabalho e saúde não só porque contribui para alimentá-lo, mas também porque reproduz parte das condições em que ocorrem. Conforme Freitas (2013), em situações de urgência — por exemplo, formar cada vez mais contingentes para suprir a demanda do mercado de trabalho —, a educação acadêmica intensifica a ação e o desempenho da categoria *professores universitários*, do coletivo. Da intensificação derivam consequências tais como: leituras superficiais, pesquisas de escopo raso, cursos de duração cada vez mais breve.

Tal situação aproxima o trabalho intelectual do professor do modo de produção capitalista. Além disso, as transformações que acometeram o mundo do trabalho no século XX trouxeram mais demandas para o docente, dentre as quais, a do ambiente virtual; seja o de trabalho, seja o de estudo, seus recursos funcionais exigem conhecimentos específicos e capacidade de uso. As universidades públicas, a fim de se adequarem a esse quadro, buscam recursos externos para seu desenvolvimento, independentemente de sua origem. Como os salários vão perdendo isonomia há incentivos às complementações salariais, cursos pagos, assessorias, dentre outros. Em consequência, as exigências do trabalho docente aumentam enquanto ocorre um

processo de redução em seu reconhecimento pela sociedade, ampliando as atividades no exercício da profissão e reduzindo seu valor social.

A dimensão da relação saúde-trabalho docente pode ser compreendida no contexto da UFU-MG, cujo histórico de afastamento de professores nos últimos seis anos (1º/01/2010 a 31/12/2015) foi de 389 docentes, 167 casos em razão de transtornos mentais e comportamentais, ante um total de 5.662 servidores afastados (UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA/UFU, 2016). À parte estes dados exemplificativos, nossa experiência de onze anos de trabalho no Setor Integrado de Ações de Promoção a Saúde do Servidor desta instituição pública de ensino superior, dá uma medida dos problemas de saúde que levam os professores a buscar o suporte do Setor, em que é ofertado o projeto “Acolhimento psicossocial”: pronto-atendimento, sem necessidade de pré-agendamento, com apoio no momento exato do padecimento e ajuda para lidar com recursos e limites pessoais, orientações e encaminhamentos.

No referido período, foi possível constatar uma ampliação no comparecimento de professores ao Setor, em especial quando ainda se oferecia o acompanhamento psicoterápico. Dado o comprometimento da saúde, chegavam necessitando de cuidados assistenciais imediatos. Embora seja uma categoria profissional com acesso privilegiado à informação e ao conhecimento, alguns mostravam resistência em buscar ajuda e orientação para lidar com seus problemas.

A tabela a seguir indica o movimento de afastamentos de docentes da Universidade Federal de Uberlândia, de 2010 a 2015. Este período se justifica porque foi a partir de 2010 que começaram os registros formais desses processos.

PERÍODO	TOTAL AFASTAMENTOS SERVIDOR UFU-DIAS	TOTAL AFASTAMENTOS DOCENTE UFU-DIAS*	N. DE SERVIDORES	N. DE DOCENTES % — COM RELAÇÃO A SERVIDORES	TOTAL CID F % DOC.
1º/1/2010 a 31/12/2010	33.267	2.127	714	36 5,04%	19 52,7%
1º/1/2011 a 31/12/2011	50.720	4.929	1.026	72 7,01%	47 65%
1º/1/2012 a 31/12/2012	42.272	4.724	1.025	74 7,21%	36 48%
1º/1/2013 a 31/12/2013	40.721	2.915	1.019	51 5%	11 21%
1º/1/2014 a 31/12/2014	39.977	5.568	935	79 8,44%	22 27,8%
1º/1/2015 a 31/12/2015	41.462	6.373	943	77 7,51%	32 41,5%
Total			5.662	389 6,87%	167 42,9%

* Importante dizer que se pode ter o mesmo servidor afastado em anos seguidos ou intermitentes.

Fonte: UFU, 2016.

É possível perceber que houve certa oscilação: aumento significativo de 2010 a 2012, retração em 2013, aumento em 2014, redução em 2015 (79 para 77), porém com

aumento do percentual de afastamentos por problemas ligados ao CID F: 21% em 2013; 41,55% em 2015. Dados como estes apontam, por exemplo, para as condições de trabalho, as quais poderiam determinar o sofrimento docente na universidade pública. Em 2011, o aumento no número de dias afastados do trabalho leva a suposição de que houve agravamento do adoecimento, a ponto de requerer um período maior para recuperação ou indicação de possível aposentadoria em consequência do processo de adoecimento.

Para examinar como a teoria de Dejours poderia colaborar na compreensão do processo saúde–doença do professor de universidade pública, procuramos investigar as condições de trabalho que poderiam gerar sofrimento docente, procurando sistematizar um conhecimento que colabore no planejamento de ações que visem à saúde do professor da UFU. Em uma busca por produções sobre sofrimento do professor de universidade pública do ponto de vista da psicanálise dejouriana, em bases de dados *on-line*, no período 2010–5⁴, foram encontrados seis artigos e uma tese.

Cavalheiro (2010) estudou causas de afastamento entre servidores da Universidade Federal de Santa Catarina e constatou que problemas relativos à depressão eram recorrentes em quase 40% dos casos. Já Fleury e Macêdo (2013) apontaram as condições de trabalho e as vivências no exercício da docência em uma Instituição Federal de Ensino Superior como causas de sofrimento, desprazer e desconforto no trabalho docente que redundaram em sintomas físicos e psicossociais.

As dificuldades no exercício da docência incluíram: individualismo, sala de aula numerosa, falta de recursos materiais, financeiros e humanos (técnico administrativo), estrutura física inadequada, falta de apoio, conflitos pessoais e mudança no perfil do estudante. As causas de sofrimento e desprazer abarcaram forma de avaliação, conflitos pessoais, impotência, morosidade de processos, burocracia, diversidade de funções, sobrecarga de trabalho, cobrança por produção de artigos científicos, falta de reconhecimento, baixa remuneração, formação de grupos, falta de compromisso. Os sintomas físicos decorrentes de situações de trabalho abrangeram gastrite, artrose cervical/escoliose, hérnia e lesão do túnel do carpo, fadiga muscular e dor nas costas e pernas, problemas na voz, rouquidão e sinovite, insônia e estresse, tonteira e labirintite. Os sintomas psicossociais compreenderam tristeza profunda, sedentarismo, obesidade e fadiga psíquica.

Os autores citados anteriormente mostraram que as soluções para enfrentar os problemas tratam-se de defesas, sob o ponto de vista de Dejours. Como exemplos das soluções incluem “arrecadar fundos para reformar salas mediante consórcio entre pares,

⁴ Scientific Electronic Library [Online](#), Biblioteca Virtual em Saúde, Portal CAPES, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP, Portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia e Biblioteca da Universidade Federal de Uberlândia.

comprar material para pesquisa com recursos próprios e pensar na sobrecarga como parte inerente ao trabalho” (FLEURI; MACÊDO, 2013).

O estudo de Freitas (2013, p.37) aponta atribuições atuais da profissão docente; isto é, da docência como “mediação”, em que nas situações de aprendizagem os alunos interagem com o conhecimento sem recebê-lo pronto. São atribuições novas que impactam nas condições de trabalho do professor, pois se acrescentam a um rol de atividades, em que se incluem a “prática interdisciplinar” — quando o trabalhador precisa ser polivalente para superar a complexidade de seu trabalho, desenvolver a “autonomia do educando, de modo que ela aprenda a aprender”, a “pensar criticamente”, a desenvolver a capacidade de “análise”, “síntese”, “criatividade”, “trabalho em grupo” e “resolução de problemas”; utilizar as “novas tecnologias” de comunicação e informação em sala de aula; “vincular o ensino com o contexto do aluno” e buscar formação continuamente. Trata-se de uma docência que visa “Integrar no exercício do ensino a dimensão afetiva” em relação à construção do conhecimento como função central do processo educativo. Se esse ideal de docência parece ser o que a sociedade demanda, o autor salienta a incoerência entre valorizá-la e querê-la sem valorizar social e financeiramente o professor, responsável-chave para que tal docência ocorra.

Tal contexto permeia a investigação de Hashizume (2010), para quem — afora certa reverência à docência universitária — cada dia mais o professor tem sido visto como facilitador de aprendizagem, mas com um tom negativo que se soma a certa perda de status do docente universitário público. Crê-se que as tecnologias da informação e da comunicação ofereçam materiais úteis ao estudo, à pesquisa e ao aprendizado autodidata que dispensariam a presença de professores. Neste caso, a lógica produtivista seria favorável a um enfraquecimento dos vínculos na relação entre aluno e professor. Não por acaso, dissertações e teses tiveram de ser redefinidas e adaptadas ao novo período de duração, o que interfere na percepção que o professor tem da qualidade do trabalho que deverá orientar. Além disso, a defasagem salarial — perda do poder de compra — interfere na formação, no aperfeiçoamento e no desenvolvimento de pesquisas que reverteriam em qualidade para o ambiente universitário.

Borsoi (2012) enfocou a intensificação do trabalho em universidades federais. Em sua pesquisa sobre a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), realizada em 2012, os professores têm críticas mais à sobrecarga de atividades e à competição, que tende a gerar tensão entre os colegas. Os dados apontam que mais ou menos dois terços dos docentes qualificam suas condições laborais como “[...] precárias, péssimas, insatisfatórias, ruins”, é uma situação geradora de “desestímulo, insatisfação, desânimo, frustração”; por outro lado, ela encontrou 40,6% que adotam adjetivos positivos ou neutros como: “boas, satisfatórias, razoáveis, adequadas, modestas” para descrever as condições de trabalho (BORSOI, 2012, p. 08).

A autora se reporta à pesquisa de Sguissardi e Silva Júnior (2009), que trataram do crescimento de sete universidades federais do Sudeste em 1995 a 2005, dentre as quais a UFES, cuja oferta de graduação passou de 42 cursos para 47 (11,9% de aumento) e de pós-graduação passou de 9 mestrados para 19 (111,1%) e de 1 doutorado para 5 (400% de aumento); enquanto o corpo docente aumentou em 33% (passou 896 para 1.190 professores). Segundo Borsoi (2012, p. 02), esses dados “[...] apontam um aspecto importante que envolve as universidades federais de um modo geral que houve elevação significativa (às vezes brutal) na demanda do trabalho docente e um acréscimo insignificante no corpo docente efetivo”. Esse impacto incide naqueles que assumem a pós-graduação, pois são obrigados a manter produção científica elevada.

Nessa esteira, podemos dizer que os resultados parciais da nossa pesquisa apontam para a ideia do sofrimento do professor de universidade pública como fruto da relação complexa entre burocratização do ensino e discentes, da desvalorização social do ofício e das novas configurações da organização do trabalho que tendem à precarização do trabalho docente. Assim, mais que aproximar o trabalho intelectual do professor do modo de produção capitalista, em que a mão de obra operária perde seu valor (*status*) social, essa intensificação impacta em suas condições de saúde. Foi possível constatar que todas as pesquisas apontam para sobrecarga de trabalho, produtividade e clima competitivo como fatores de riscos e agravos a saúde do trabalhador docente. *Como pensar o trabalhador docente da UFU neste contexto?*

Referências

- ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 7. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: ed. Unicamp, 2000.
- ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- BORSOI, I. C. F. Trabalho e produtivismo: Saúde e Modo de Vida de Docentes de Instituições públicas de Ensino superior. *Cad. Psicol. Soc. Trab*, São Paulo, v. 15, n. 1, jun. 2012.
- CAVALHEIRO, G. *Sentidos atribuídos ao trabalho por profissionais afastados do ambiente laboral em decorrência de depressão*. 2010. 205 f. Dissertação (mestrado em Psicologia) — Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina.
- DEJOURS, C. *A loucura do trabalho*. São Paulo: Oboré, 1987, cap. 6.
- DEJOURS, C. Uma nova visão do sofrimento humano nas organizações. In: _____. *O indivíduo na organização: dimensões esquecidas*. São Paulo: Atlas, 1993.
- DEJOURS, C. *Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento trabalho*. São Paulo: Atlas, 1994.
- FLEURY, A. R. D.; MACÊDO, K. B. O sofrimento, as defesas e patologias de professores de uma IES pública. In: FREITAS, L. G. *Prazer e sofrimento no trabalho docente pesquisas brasileiras*. Curitiba: Juruá, 2013, p. 149–69.

- FREITAS, L. G. *Prazer e sofrimento no trabalho docente pesquisas brasileiras*. Curitiba: Juruá, 2013.
- HASHIZUME, C. M. *Saúde e afeto na docência: estudo com professores de uma universidade pública*. 2010. Tese (doutorado em Psicologia) — Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.
- LAURELL, A. C. La salud-enfermedad como proceso social. *Revista Latinoamericana de Salud*, México, 2, p. 7–25, 1982.
- LAURELL, A. C.; NORIEGA, M. Para o estudo da saúde na sua relação com o processo de trabalho. In: _____. *Processo de produção e saúde*. Trabalho e desgaste operário. São Paulo: Hucitec, 1989.
- MENDES, M. Perspectiva do uso da psicodinâmica do trabalho no Brasil: teoria, pesquisa e ação. *Cadernos de Psicologia Social e do Trabalho*, ano 12, n. 2, p. 141–56, 2009.
- SELIGMAN-SILVA, E. *Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo*. São Paulo: Cortez, 2011.
- SGUISSARDI, J.R.S.J., SILVA JÚNIOR, J. *Trabalho Intensificado nas Federais Pós-graduação e produtividade acadêmica*. São Paulo, Xamã, 2009.
- TRAECEL, E. S.; MERLO, A. R. C. A psicodinâmica do trabalho docente no contexto da escola pública do Rio Grande do Sul. In: FREITAS, L. G. *Prazer e sofrimento no trabalho docente pesquisas brasileiras*. Curitiba: Juruá, 2013, p. 129–48.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA/UFU. Diretoria de qualidade de vida e saúde do servidor — setor de perícia. *Relatório de afastamentos por cargo*. Uberlândia, 2016.